

IMPORTÂNCIA DA LEITURA: A LACUNA ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O CURRÍCULO DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Mariana Passos Ramalhete Guerra¹

Lorena Bezerra Vieira²

João Gabriel de Conte Carvalho de Alencar³

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa vinculada ao grupo de pesquisa Literatura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo⁴ e visa a fazer uma breve análise dos Projetos Pedagógicos de Curso da Licenciatura em Pedagogia, dos períodos matutino e noturno, comparativamente aos documentos oficiais que regem algumas instâncias educacionais do Brasil, do estado do Espírito Santo e dos municípios de Serra e Vitória. Caracterizado metodologicamente como uma pesquisa qualitativa, pautando-se no procedimento bibliográfico-documental Gil (2002), tem como objetivo particular expor as recorrentes afirmações acerca da importância da leitura nesses documentos oficiais e comparar esse discurso à visível desconsideração dessa importância no currículo do curso de Pedagogia da Universidade, seja no período matutino ou noturno. Crítica, por conseguinte, as lacunas dessa formação inicial e enfatiza a necessidade da inserção de disciplinas que discutam aspectos inerentes à leitura, à literatura e seu respectivo ensino na referida graduação.

Palavras chave: Importância da leitura. Formação de professores. Licenciatura em Pedagogia.

THE IMPORTANCE OF READING: A GAP BETWEEN THE OFFICIAL DOCUMENTS AND THE PEDAGOGY LICENCIATE COURSE AT FEDERAL UNIVERSITY OF ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

This paper is a result of a study conducted by a research group named Literatura e Educação (Literature and Education) at Universidade Federal do Espírito Santo (Federal University of Espírito Santo) and aims at carrying out a brief analysis of the Pedagogical Projects of the Pedagogy Licentiate Course at Ufes for the morning and evening shifts, comparing them to the official documents that rule some educational instances in Brazil, in Espírito Santo (Brazilian federal state) and two of its cities, Serra and Vitória. Methodologically characterized as a qualitative research and based on the bibliographical-documental proceeding Gil (2002), its

¹ Licenciada em Letra-Português (2008) e Pedagogia (2014) e mestra em Educação (Linha de Pesquisa Educação e Linguagens – 2015) pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marianaramalhete@yahoo.com.br

² E-mail: llorena.vieira@hotmail.com

³ Graduado em Letras-Inglês pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de Pesquisa Educação e linguagens. E-mail: jgalencar@gmail.com

⁴ Para mais informações sobre as atividades, objetivos e integrantes do grupo de pesquisa, favor consultar o site: <http://www.literaturaeeducacao.ufes.br/>

primary goal is to expose the recurring statements concerning the importance of the act of reading the official documents and comparing their discourse to the visible disregard of its importance in the Pedagogy curriculum's course at UFES for the morning and evening shifts. Thus, the study criticizes the gaps of such initial formation and emphasizes the need of the insertion of subjects that discuss aspects which are inherent to the reading and literature and its respective teaching in the undergraduate course.

Keywords: Reading importance. Teachers training. License in Pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

Várias campanhas voltadas para o incremento da leitura frisam aspectos prazerosos da leitura literária, como, por exemplo, que “ler é uma gostosa brincadeira” ou que “a leitura é uma viagem”. Ler é mesmo uma delícia, um grande prazer. Mas só para quem sabe, pois, o prazer da leitura é um prazer aprendido. Para gostar de ler literatura, é preciso aprender.

(MARISA LAJOLO, 2005, p. 05)

A leitura extrapola a mera decodificação de fonemas e grafemas. Ler, nesse sentido, abrange o diálogo, a interação com o outro, uma espécie de cumplicidade entre autor e leitor. Esse processo abrange, portanto, caracteres político, social, discursivo, linguístico, subjetivo, emocional, dentre outros, cuja apropriação da linguagem escrita e literária possibilita “a formação de um sujeito leitor livre, responsável e crítico - capaz de construir o sentido de modo autônomo e de argumentar sua recepção que é prevista aqui” (ROUXEL, 2013, p. 20), a interação entre os indivíduos, a socialização, além do estabelecimento de múltiplas significações sobre o mundo.

Marisa Lajolo (2000, p. 108) assegura que “[...] os profissionais mais diretamente responsáveis pela iniciação à leitura devem ser bons leitores. Um professor precisa gostar de ler, precisa ler muito, precisa envolver-se com o que lê”. Considerando, então, que o ato de ler é imprescindível à formação docente e ao exercício da respectiva profissão, parece-nos um pouco irônico e, talvez, repetitivo abordar algumas lacunas entre a importância da leitura e a aparente negação dessa formação inicial de professores.

Entendendo, porém, que formar profissionais, que serão os primeiros a se dedicarem ao ensino de língua materna e/ou que farão acompanhamento pedagógico com sujeitos da educação básica, é algo que precisa ser cotidianamente discutido. Pensamos que essa visível dicotomia

precisa, sim, ser questionada, uma vez que a negação de disciplinas inerentes à leitura implicará, possivelmente, na perpetuação de um sistema educacional pouco atrativo, cuja leitura se faça, majoritariamente, como uma obrigação.

A proposta deste trabalho visa, portanto, a discutir as recorrentes afirmações acerca da importância da leitura nos documentos oficiais e comparar esse discurso⁵ com a aparente secundarização dessa importância no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), seja no período matutino ou noturno.

Para tanto, analisaremos os documentos oficiais que baseiam o trabalho dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais⁶ do Ensino Fundamental e, como o pedagogo acompanha todo o processo escolar, iremos meditar sobre alguns documentos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. São eles: Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, volumes 1 e 2 (1998a), Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (1997), Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa (1998b), a segunda parte (Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias) dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio (2000), Currículo Básico Escola Estadual (2009), especificamente o Currículo - Anos Iniciais; Orientação Curricular de Educação Infantil e Ensino Fundamental (2012), da Prefeitura de Serra, e Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa (2010), da Prefeitura de Vitória.

O critério para escolha desses documentos foi analisar os documentos de nível federal, estadual e municipal, sendo que, nessa última esfera, privilegiamos a análise dos documentos das Prefeituras de Vitória e de Serra. Para fazermos a comparação, portanto, nos nortearmos pela análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia, matutino e noturno, bem como o documento da Organização Curricular do mesmo curso. Desse modo, esta proposta, em termos de categorização metodológica, quanto à abordagem, caracteriza-se por ser uma pesquisa

⁵ Discurso, neste trabalho, não está entendido como categoria de estudo para a Análise do Discurso.

⁶ Apesar de parte dos documentos analisados serem anteriores à Lei 11. 274/2006, e, portanto, usam a nomenclatura “séries”, optamos por usar o termo “anos” ao invés de “séries”, para que nossas discussões estejam mais coerentes à proposta do ensino fundamental de nove anos.

qualitativa, com um procedimento bibliográfico-documental, consoante os pressupostos de Gil (2002).

Salientamos que não pretendemos esgotar todas as nuances que o tema provoca, nem pretendemos fazer uma crítica sem fundamento a um ensino de que somos egressos. No entanto, questionar o modelo de organização curricular se faz necessário, afinal, “[...] É preciso, pois, que haja espaço para leitura nos cursos destinados a profissionais de leitura” (LAJOLO, 2000, p.108).

2 O PERFIL DE FORMAÇÃO DE UM LICENCIADO EM PEDAGOGIA DA UFES

Após 4 anos de implementação do currículo 681 do curso de Pedagogia da Ufes, muitas são as nossas indagações acerca da formação dos profissionais que se graduaram nessa licenciatura, na modalidade presencial dos períodos matutino e noturno. A própria Ufes define qual o perfil do profissional formado:

O curso de Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Destina-se à formação de gestores educacionais, o que compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares. O curso destina-se, ainda, à formação para produção e difusão do conhecimento científico e tecnologia do campo educacional em contextos escolares e não-escolares.⁷

Como pode ser observado, além de formar professores para atuarem na Educação Infantil (primeira etapa da Educação Básica), nos anos iniciais e na educação de jovens e adultos, o curso de Pedagogia forma gestores, que acompanham todo o processo escolar e atuam, também, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Trata-se, portanto, de uma formação extremamente abrangente, que exige do futuro profissional, no curso do desenvolvimento acadêmico e universitário, uma imersão em processos teóricos e metodológicos capazes de abarcarem a ampla possibilidade de sua atuação profissional. Assim, lançar um olhar atento sobre cada uma dessas áreas de atuação torna-se imprescindível para a

⁷ Informação disponível em: <<http://www.graduacao.ufes.br/cursos-em-vitoria>>. Acesso em 26 de Nov de 2014.

compreensão de como se define o caráter prioritário de determinados temas em detrimento de outros no curso de Pedagogia da Ufes.

3 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A discussão dos documentos listados a seguir objetiva mostrar especificamente algumas recorrências da importância da leitura no discurso oficial, referente ao nosso recorte de pesquisa e, portanto, não se trata de uma análise integral de conteúdo. Compreendemos que esses, apesar de não esgotarem todos os aspectos acerca do universo educacional, são indicativos do que é necessário e relevante considerar para o ensino de língua materna e o respectivo incentivo à leitura. Sabemos também que há uma distância significativa entre aquilo que está escrito e infinitas possibilidades de (re)invenção das práticas cotidianas, no entanto, reconhecemos neles uma fonte profícua de análise, já que refletem vozes institucionais.

4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil assinalam uma série de princípios orientadores do trabalho nas instituições de Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

As Práticas Pedagógicas da Educação Infantil listadas nas propostas das Diretrizes contemplam dois eixos complementares: interação e brincadeira. De modo integrador e amparado por recursos tecnológicos e midiáticos, visam a promover os conhecimentos que as crianças têm de si e do mundo, ampliaram suas noções e práticas de linguagem, possibilitaram vivências éticas e estéticas mediadas, sempre pautadas no respeito mútuo. Além disso, buscam promover o contato da criança com as diversas manifestações culturais, bem como, dentre outros, incentivar a criatividade e a interação.

Com a finalidade de manter um trabalho coletivo de qualidade, a organização de materiais, espaços e tempos deve reconhecer as especificidades inerentes ao universo infantil, tais como o movimento, a acessibilidade, a idade, respeito a outras culturas, dentre outros, bem como a indissociabilidade das “dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança”. Nessa perspectiva, as Diretrizes, acerca da organização curricular da Educação Infantil, também apontam, de maneira indireta, para a importância da leitura na formação do professor, uma vez que afirmam que as práticas pedagógicas ofertadas às crianças devem favorecer a imersão nas “diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical” (BRASIL, 2010, p. 25).

5 REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento estabelecido em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) para indicar orientações acerca do trabalho com crianças de 0 a 6 anos de idade. O RCNEI é dividido em três volumes: volume I – Introdução; volume II – Formação pessoal e social; volume III – Conhecimento de Mundo; neste trabalho faremos uma análise dos volumes I e II.

Nosso objetivo é identificar os apontamentos desse documento sobre as práticas de leitura na educação infantil, e para tanto, destacamos algumas referências explícitas no texto referente à prática de leitura e como essa deve ser trabalhada no ambiente escolar com as crianças.

O RCNEI compreende a leitura como uma prática social, não somente de materiais impressos, mas também de obras de arte, de imagens, de objetos, de fotografias, de maquetes e, portanto, é necessário que o professor possa ensinar procedimentos de leitura de tais objetos, de modo que as crianças possam: “observar detalhes, a descrever os elementos que as compõem, a comparar as informações que apresentam com aquilo que conhecem e a relacionar essas informações com o tema trabalhado” (BRASIL, 1998a, p. 198).

Espera-se que o trabalho do professor possa despertar o interesse dos alunos pela leitura de histórias, por meio da escuta e da apreciação dos textos lidos pelo professor, assim como estabelecer uma relação entre o que é falado e o que está escrito (ainda que não façam a leitura convencional).

Especificamente em relação ao trabalho do professor, o RCNEI aponta que é preciso valorizar a leitura como fonte de prazer e entretenimento, além de propor situações de leitura de diferentes gêneros. Para incentivar tal prática, o professor deve organizar momentos de leitura livre; momentos em que a leitura e a escrita sejam necessárias para dar continuidade a alguma atividade; possibilitar que a criança escolha os livros e as leituras, em atividades diversificadas, em ambientes aconchegantes, de forma atraente.

6 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN'S)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são um documento oficial normativo de grande importância para auxiliar os professores dentro da sala de aula e do ambiente escolar. Nesse trabalho faremos um recorte nas orientações referentes às aulas de Língua Portuguesa para os Anos Iniciais da Educação Fundamental. A partir da leitura do documento, é possível observar que há uma preocupação em se trabalhar a leitura não apenas de forma escrita, mas também oral, valorizando o processo de ensino e prática da leitura.

Assim como o RCNEI, os PCNs seguem na perspectiva da valorização da leitura, como fonte de informação, como “[...] via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (BRASIL, 1997, p. 33).

O documento traz orientações para o trabalho do professor, de modo que esse organize momentos de leitura e que também se faça leitor, que planeje atividades diárias envolvendo a

leitura, e que possibilite aos alunos a escolha de suas leituras. Essas atividades devem ser planejadas e ter objetivos claros, de modo que os alunos possam compreender as variadas maneiras de ler: “ler para se divertir, ler para escrever, ler para estudar, ler para descobrir o que deve ser feito, ler buscando identificar a intenção do escritor, ler para revisar” (BRASIL, 1997, p.45).

Vale destacar que o documento aponta para a importância de constituir, na escola, uma política de formação de leitores, em que haja uma prática constante de leitura envolvendo a unidade escolar. Nesse sentido, convém ressaltar a importância da formação inicial do professor, especificamente nos momentos em que ele precisa ter critérios para selecionar leituras pertinentes, bons textos literários, em que ele possa proporcionar a socialização das experiências de leitura, proporcionar discussões de análise dos sentidos atribuídos a um texto, a partir das diferentes leituras propostas.

No que trata dos anos finais do Ensino Fundamental, há uma divisão entre escrita e prática de análise da linguagem. É possível identificar um aprofundamento dos aspectos linguísticos. Em síntese, os PCNs 3º e 4º ciclos objetivam desenvolver o domínio da expressão oral escrita, em situações de uso público da linguagem.

Na área de leitura espera-se que os alunos saibam selecionar textos e ler de maneira autônoma gêneros e temas diversos, que sejam de interesse pessoal. Espera-se, também, que os alunos em situação de leitura possam fazer antecipações e inferências, além de serem receptivos a leituras desafiadoras. Dentre os objetivos específicos, esse documento aspira que os alunos tenham uma postura crítica diante dos gêneros apresentados. E, para isso, é necessária a mediação do professor, de modo que esse compreenda a leitura como fonte de informação, aprendizagem, lazer e arte. Nesse sentido, o professor tem o papel decisivo na formação dos leitores.

No referido documento, a leitura aparece na perspectiva de ser um trabalho ativo de compreensão e interpretação de texto, a partir de seus objetivos, seu conhecimento e assunto, sobre o autor, entre outros. Propõe-se, ainda, que o professor elabore atividades que proporcionem diversidade nas práticas de leitura, de gênero textual e de recepção. Vale

destacar a abordagem sobre a educação literária, a qual propõe ao professor trazer o texto literário para dentro da sala de aula.

Os PCNs para o Ensino Médio seguem a perspectiva do Ensino Fundamental de modo que a linguagem verbal vem a ser o material de reflexão do ensino de língua portuguesa do Ensino Médio, no qual o texto é a unidade básica. Nesse sentido, o processo de ensino aprendizagem deve basear-se em propostas interativas de língua e linguagem. Nessa abordagem, a linguagem comunicativa e as atividades propostas devem ser focadas em compreensão, interpretação e produção de textos, compreendendo a leitura literária como uma das leituras possíveis. Sendo assim, as atividades propostas devem possibilitar ao aluno a identificação das condições de criação e recepção do texto, a partir da leitura, inclusive a leitura de literatura.

7 CURRÍCULO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO PARA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Currículo Estadual do Espírito Santo foi formulado em conjunto por uma Coordenação Geral, uma comissão curricular, especialistas em Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, especialistas da educação para a diversidade, professores-referência e colaboradores da rede estadual. A análise de nosso trabalho será feita sobre o currículo para os anos iniciais do Ensino Fundamental, especificamente na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

O currículo proposto para as escolas do estado do Espírito Santo considera que a prática da leitura proporciona aos alunos uma perspectiva prazerosa de aprendizagem, concebendo a leitura como ferramenta para o exercício da cidadania e, nesse sentido, é importante que o professor incentive esse hábito, oferecendo contato com diferentes tipos de textos em espaços variados de leitura. Assim, o trabalho docente deve: “[...] Permitir que o aluno interaja, crítica e ludicamente, com diferentes manifestações da linguagem em situações de produção e leitura de textos escritos, orais, imagéticos, digitais, entre outros” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 67).

Particularmente, ao tratar das atividades de leitura, o currículo recomenda a exploração de diversos gêneros textuais e literários, considerando “a leitura imagética, silenciosa, oral e coletiva” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 69), de modo que tais atividades propiciem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, expressão oral e compreensão.

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, possíveis campos de atuação do pedagogo, o currículo estadual segue a mesma linha das orientações para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, diferenciando-se, apenas, na abordagem dos conteúdos básicos de cada ano.

Propõe-se que o professor realize atividades que permitam ao aluno interaja crítica e ludicamente com diferentes manifestações da linguagem em situações de produção e leitura de textos escritos, orais, imagéticos, digitais, entre outros. A leitura é apontada como área primordial a ser trabalhada com os alunos em sala de aula, nos eixos de “Linguagem”, “Conhecimentos Linguísticos” e em “Cultura, Sociedade e Educação”. Inclusive a literatura ganha espaço, como nesse trecho do documento: “[...] Possibilitar o conhecimento das escolas literárias, obras e autores, inclusive da literatura capixaba” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.68).

Nesse sentido, cabe ao professor também favorecer espaços para a leitura de textos de diferentes conteúdos para a discussão de temas transversais, refletindo sobre o texto e sobre si mesmo, considerando sua situação no mundo.

Quando se refere às propostas de atividades, especificamente para as atividades de leitura, recomenda-se a utilização de diversos gêneros textuais e literários, considerando a leitura imagética, silenciosa, oral e coletiva, além das produções de textos orais e escritos.

8 ORIENTAÇÃO CURRICULAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SERRA

A elaboração das Orientações Curriculares da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental teve início em março de 2008 pela Rede Municipal de ensino da Serra/ ES, em colaboração com alguns profissionais da própria Ufes. Para nossa pesquisa, destacamos para análise somente as orientações referentes à linguagem, leitura e produção textual.

As orientações do município de Serra compreendem que o trabalho com leitura deve estar associado à fala e à escrita, visto que tais práticas contemplam a realidade do uso da língua em variados contextos sociais. O trabalho com linguagem, tanto na Educação Infantil, quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deve priorizar o uso da linguagem por meio de atividades de leitura, de produção de textos e de reflexões sobre a língua, “[...] de modo a favorecer o desenvolvimento das capacidades de uso da linguagem nas suas diferentes formas (SERRA, 2008, p. 227).”

Em consonância com os demais documentos analisados, a leitura é compreendida como fonte de informação e de fruição estética e como fonte de ampliação do horizonte cultural. O documento salienta, ainda, que o ensino de leitura deve tomar o texto como ponto de partida, considerando os diversos gêneros textuais orais e escritos que são produzidos pelos indivíduos, e que as atividades propostas devem possibilitar que os alunos desenvolvam a “capacidade discursiva da oralidade, da leitura e da escrita, para que tenham condições de compreender a realidade (SERRA, 2012, p. 235)”.

Cabe, portanto, ao professor, proporcionar variados momentos envolvendo práticas de leitura e, dessa maneira, levar o aluno a “[...] conhecer e reconhecer os múltiplos aspectos da produção verbal humana, tornando-o um leitor crítico e consciente da relação existente entre a criação simbólica e a própria realidade social”(SERRA, 2012, p. 237).

9 DIRETRIZES CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Esta diretriz foi elaborada em 2010 e define os eixos norteadores do ensino de Língua Portuguesa nas escolas do Sistema Municipal de Ensino, sendo eles: a leitura, a produção de textos orais e escritos e a análise e reflexão sobre a língua.

A partir desses eixos, o ensino da língua portuguesa nas escolas deve ampliar as possibilidades dos alunos de uso da língua para ter acesso à informação, argumentar sobre seus pontos de vista, apresentar suas ideias e expressar significados, a partir de um sistema simbólico. Nesse sentido, a leitura e a escrita são entendidas como prática social em que se desenvolve a formação da consciência crítica, as condições para o uso da língua em diferentes esferas de comunicação social.

De acordo com tais diretrizes cabe ao professor desenvolver atitudes favoráveis à leitura, bem como explorar diferentes suportes e gêneros textuais, de modo que os alunos possam produzir inferências que contribuam para a compreensão dos textos, deduzindo informações implícitas e explícitas, assim como avaliar criticamente os textos lidos, literários ou não.

10 EM SUMA, A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

Conforme pode ser observado, há uma convergência de vozes, direta ou indiretamente, que ressalta a importância da leitura como experiência estética e de inserção no mundo das linguagens, já que ela “[...] propicia, por isso, a expansão do leque de experiências do sujeito, que passa a interagir com novas ideias e sentimentos, novas formas de conceber o mundo e as relações humanas” (AGUIAR, 2013, p. 154). Regina Zilberman (2008), por outro lado, alerta-nos para que não sejamos ingênuos, ao conjecturarmos essa preocupação do discurso oficial desconexo do mundo capitalista, como a indústria de livros, por exemplo:

[...]a leitura não constitui tão-somente uma ideia, com a força de um ideal. Ela contém também uma configuração mais concreta, assumindo contornos de imagem, formada por modos de representação característicos, expressões próprias e atitudes peculiares. A ela pertencem gestos, como o de segurar o livro, sentar e escrever, inclinar-se, colocar os olhos. Faz parte igualmente dessa representação a alusão a resultados práticos, mensuráveis em comportamentos progressistas. Ideia, ideal e representação, a leitura se concretiza como uma prática, que se exerce individualmente, mas que resulta da concepção que a sociedade formula para as classes e as pessoas que a compõem. Eis por que sempre nos deparamos com políticas

de leitura - propostas por grupos, categorias profissionais, governos - reveladoras da dimensão assumida pelas representações.

Políticas de leitura não deixam de valorizar a leitura como ideia; mas seu sucesso depende de a leitura ser igualmente prezada enquanto negócio. Um importante ramo da sociedade capitalista é constituído pela indústria de livros, para não se falar das fábricas dos maquinários para impressão, nem do hoje importante segmento dado pela produção de hardwares, softwares e periféricos que fazem a alegria das feiras de informática. Não ler é ficar de fora desse mundo, o que talvez signifique ficar de fora do mundo (REGINA ZILBERMAN, 2008, não paginado).

Como pode ser observado, a autora é enfática ao afirmar que a leitura formulada enquanto “ideia” só terá sucesso se for conjecturada como negócio, ou seja, só obterá êxito se estiver circunscrita num contexto mercadológico: o da indústria livreira. Nesse sentido, não podemos analisar as políticas públicas de leitura de modo neutro e ingênuo. Nem podemos vislumbrar os documentos supracitados neste artigo de modo desprezioso. Por outro lado, mesmo que haja uma força de mercado que transforma livros e leitores em um produto rentável, ainda que haja intenções outras que não sejam a de conceber a leitura como atribuição de sentidos, significados, fruição, criticidade, dentre outros, não podemos ignorar a relevância desses documentos para orientação do trabalho de milhares de instituições educacionais brasileiras.

11 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFES

Em linhas gerais, o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do período matutino é constituente de oito períodos (ou semestres) letivos, que totalizam 45 disciplinas obrigatórias, somando um total de 3210 horas dedicadas prioritariamente à discussão teórica de conteúdos, sendo que 1125 horas (ou 35% do curso) são orientadas e organizadas para a exposição teórica de conteúdos nas áreas da Filosofia (135 horas ou 4,20% da grade), da Sociologia (60 horas ou 1,86% do total), da Psicologia (120 horas ou 3,73% do curso), da História (195 horas ou 6,07% da grade curricular), da Matemática (120 horas ou 3,73% do currículo) da Geografia (75 horas ou 2,33% do total), da Arte (120 horas ou 3,73% da grade), das Ciências Naturais (60 horas ou 1,86% do total) e da Linguagem (240 horas ou 7,47% do currículo).

As disciplinas que compreendem a formação acadêmica voltada para a pesquisa, extensão e prática totalizam 480 horas do curso (ou 14,95% do total da grade curricular) e são ofertadas nos cinco primeiros semestres do curso. Essas disciplinas devem funcionar de forma integrada

para a aproximação da pesquisa e educação, resultando na elaboração de projetos de pesquisa ou ensino que integrem a teoria à prática do campo de atuação do pedagogo, preparando o futuro profissional para as disciplinas de *Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2* e *Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso*, que totalizam 195 horas (ou 6,07 do total do curso). Nos três últimos períodos do curso de Licenciatura em Pedagogia – matutino – as disciplinas de *Estágio Supervisionado* com 405 horas (ou 12,61% do total do curso) são dedicadas à prática do pedagogo nas diversas áreas de possível atuação.

O currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do período noturno compreende a mesma carga horária que o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do período matutino acima apresentado. No entanto, apresenta especificidades, uma vez que abrange as disciplinas distribuídas em um total de 9 períodos (ou semestres) letivos, totalizando as mesmas 3210 horas distribuídas nas também 45 disciplinas obrigatórias voltadas à discussão teórica de conteúdos.

Interessa-nos avaliar, desse modo, que das 240 horas (ou 7,47% do total) do curso dedicadas à grande área da Linguagem, 120 horas (ou 3,73% da grade) se materializam nas disciplinas *Alfabetização 1 e 2*, 60 horas (1,86% do total) correspondem à disciplina *Português (Conteúdo e Metodologia)* e outras 60 horas à disciplina *Fundamentos da Libras*. Ao desconsiderarmos a disciplina de *Libras*⁸, por entendermos que ela não poderia ser associada à discussão do ensino de leitura na língua portuguesa, chegamos a um total de 5,61% do total do curso voltado para a área em que consideramos ser possível- e não atividade principal - encontrar a discussão do ensino de leitura no curso de Pedagogia.

É com satisfação que mencionamos a existência de uma disciplina optativa, de 60 horas, que se chama *Formação do Leitor: literatura em espaços escolares*. Ofertada pela primeira vez no semestre de 2015/1, trata-se de uma disciplina optativa, ou seja, sua oferta não é assegurada

⁸ Pensamos que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua, assim como a língua portuguesa, com metodologia e regras próprias e, infelizmente, o nosso sistema educacional ainda é muito excludente e precário quanto ao ensino dessa como primeira língua para surdos. Não cabe, à disciplina *Fundamentos das Libras*, a responsabilidade de discutir o ensino de leitura atrelado ao ensino de língua portuguesa, embora essa faça parte do contexto brasileiro.

regularmente todos os semestres. Ao compararmos, então, as prescrições dos documentos oficiais, podemos concluir que a carga horária correspondente ao ensino de leitura nas licenciaturas de Pedagogia na Ufes parece ser insuficiente para a formação de sujeitos que serão os primeiros professores do ensino de língua materna, o que requer um amplo conhecimento sobre as diferentes linguagens presentes na sociedade, além de seres cômicos da importância da leitura.

Gostaríamos de enfatizar que conhecemos a complexa realidade educacional brasileira e, nesse sentido, reconhecemos que Licenciatura alguma será suficiente para abarcar todas as peculiaridades do contexto escolar, sejam eles de ordem docente ou discente. Contudo, negar aos estudantes de Pedagogia disciplinas que tratem especificamente de leitura, com suas múltiplas linguagens e possibilidades, é negar ao graduando uma parte expressiva de sua formação. Além disso, entendemos que

Não se pode trabalhar com leituras que não são previamente feitas. E, também, não se pode cobrar prazer, envolvimento, com leituras que não nos provocaram e com as quais não estabelecemos nenhuma relação significativa. Se isso é verdade para nós, leitores-adultos, o que dizer para o leitor criança (PAIVA; MACIEL, 2008, p.116).

Logo, para que o professor possibilite que os alunos tenham experiências⁹de leitura, é preciso que, antes, esse profissional também tenha uma relação significativa com essa prática social. Ler não é apenas um verbo: para que o ensino de língua materna seja muito mais que juntar letras, palavras, codificar e decodificar signos, mais que o ensino de regras gramaticais, é indispensável que a formação inicial do professor seja compatível não só com as demandas mercadológicas e do discurso oficial, mas, que, antes de tudo, vise a respeitar os sujeitos que estarão na escola. São nas instituições de educação básica, quer seja como professor ou exercendo atividades pedagógicas, que o licenciado em Pedagogia coloca em prática alguns conhecimentos que teve acesso na universidade. E certas práticas podem refletir silenciamentos e apagamentos oriundos dessa mesma instituição.

Assim,

As implicações dessa qualificação são tantas e tamanhas que não se pode fazer uma pequena mudança de rota: é preciso transformar radicalmente tudo para que o professor, além do compromisso de contribuir com a transformação da sociedade,

⁹ Entendemos, consoante a Bondia (2002, p. 26), que é “experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma”.

através de um processo de imersão educacional, cultural e tecnológica, se conscientize da realidade de seus alunos, de suas necessidades para circular nos diferentes segmentos da sociedade letrada, agora enriquecidos e complexos por abrangerem linguagens diferenciadas (RÖSING; DALBOSCO, 2011, p. 91).

Numa sociedade como a nossa, a aprendizagem da leitura requer ensino, mediação, não só para os sujeitos da educação básica. Entendemos que seu ensino deve se estender ao longo da vida acadêmica dos discentes, e que fomentar seu desenvolvimento nos primeiros anos do contexto escolar pode facilitar (ou motivar) o processo de desenvolvimento da leitura, tão importante para a sociedade letrada, ao longo dos anos.

Concordamos, também, com Marisa Lajolo (2005, p. 12), de que o professor, dentro da escola, tem o papel principal do fomento à leitura.

Qualquer que tenha sido a sua história de leitura, ela pode ser transformada. Aqui e agora. Por você, para você e para seus alunos. A escola é fundamental para aproximar dos livros a criança e o jovem. É na escola que os alunos precisam viver as experiências necessárias para, ao longo da vida, poderem recorrer aos livros e à leitura como fonte de informações, como instrumento de aprendizagem e como forma de lazer. E você é a figura-chave para que a leitura chegue às mãos, aos olhos e ao coração dos alunos. Dos seus alunos.

Portanto, se o professor é a “figura-chave” para que a leitura faça parte da vida dos alunos, entendemos que é urgente que a Ufes inclua no currículo do curso de Pedagogia disciplina(s) específica(s) que possibilite(m) aos alunos o conhecimento de diferentes linguagens, o trabalho com leitura e com leitura literária. Ratificando, é paradoxal e lastimável haver tantas exigências para que a leitura se torne um hábito, quando isso é ignorado pelo curso de Pedagogia da Ufes.

Certamente o ensino de língua portuguesa possui carências, lacunas, desafios... E, seguramente, esses aspectos não são de ordem individual, pois,

Se na origem dessa distorção está o despreparo do magistério, seu achatamento salarial, a precariedade das condições de seu exercício profissional, reconhecer tudo isso não diminui a gravidade do fato de que a leitura patrocinada pela escola de hoje parece sofrer de *uniformização*.

Essa uniformização, no entanto, pode passar despercebida, pois muitas vezes vem embrulhada em propostas que, em nome de uma leitura lúdica e criativa, gerenciam o envolvimento com o texto, imergindo a leitura em atividades que apenas simulam criação e fantasia (LAJOLO, 2000, p. 71, *grifo da autora*).

Pensamos que o despreparo do magistério não é algo exclusivamente particular. As práticas docentes revelam muito sobre sua formação. E, ainda: “O que se reserva aos professores de hoje, a partir inclusive de sua formação profissional, é a divulgação de livros, a decifração de significados, a intermediação e o patrocínio do consumo de textos impressos” (LAJOLO, 2000, p. 105). Logo, esquivando-nos de julgamentos rasteiros, o que se percebe, em muitos casos, nas aulas com leitura, no trabalho com a leitura literária, é a multiplicação do “mais do mesmo” e de metodologias que caminham a passos largos, para que a criança não goste de ler.

O professor não é a fonte uníssona de saber em sala de aula. Contudo, tem um papel relevante como mediador dos conhecimentos, uma vez que é o sujeito que seleciona textos, livros, enfim, cabe a ele a criação de situações que possibilitem as aprendizagens. A seleção de gêneros textuais e de livros não é tarefa simples, haja vista que “[...] Ou o texto dá um sentido ao mundo, ou ele não tem sentido nenhum. E o mesmo se pode dizer de nossas aulas” (LAJOLO, 2000, p.15).

Defende-se, nesse sentido, uma abordagem que contemple, também, as relações entre a formação docente, o processo educacional, a formação de leitores, bem como questões inerentes à leitura literária e às literaturas infantil e juvenil, dentro e fora do contexto escolar. Esse docente, portanto, não deve estar sozinho, principalmente em sua formação inicial. Juntamente com o professor está a academia, instância que deve primar por um ensino de qualidade, objetivo maior que a concessão de notas e diplomas.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Côncios de que as discussões aqui levantadas carecem ainda de muito diálogo, seja na revisão do Projeto Pedagógico de Curso, seja nos debates acerca da organização curricular, não é nossa pretensão que este artigo seja o ponto final de uma discussão tão necessária para o universo acadêmico e, por conseguinte, para as instituições escolares, principalmente as capixabas.

A análise dos dados expostos nesta pesquisa, especificamente nos documentos das esferas federais, estaduais e municipais, revela o quanto a leitura literária, a leitura de diferentes

linguagens, e a crítica a um ensino de língua portuguesa puramente gramatiquero têm sido preocupação das entidades governamentais, pelo menos no âmbito teórico. Se conjecturarmos que esses importantes documentos norteiam profissionais e instituições educacionais do Brasil, do Espírito Santo e, evitando procurar culpados, é incabível a uma Universidade, que preza pela excelência do ensino, reduzir de suas 3210 horas do curso de Pedagogia, pouco mais que 5% de sua carga horária para disciplinas que abarcam a linguagem, sendo que nem essas são específicas na abordagem do assunto “leitura”.

A criatividade, a criticidade dos graduandos em Pedagogia - na condição de professor e de aprendiz - precisam ser estimuladas com diferentes linguagens. A leitura não pode estar restrita ao universo teórico, mercadológico e institucional. Não pode ser uma atividade secundária, lateral, principalmente quando se trata da formação de docentes. Ela precisa ser valorizada tanto na escola, como na universidade, afinal, ler é uma prática cultural, “[...] encarnada em gestos, espaços, hábitos”, como assegura Chartier (1991, p. 178).

Em conclusão, mostramos que a expressão “importância da leitura” se difundiu amplamente, tornando-se quase um clichê. Por outro lado, muito nos interessa esse assunto tantas vezes discutido e tantas vezes ignorado nas mais diferentes instâncias, pois a formação de leitores não pode prescindir de uma educação com professores que, além de lecionarem, sejam pesquisadores, e, também, leitores. Numa sociedade extremamente desigual, vemos que a leitura é tão apreciada e, concomitantemente, limitada à grande parte da população, inclusive na academia. Assim, como Chartier (2011) entendemos a leitura como prática social e consideramos que o fomento a essa prática torna-se fundamental para a formação de pensadores críticos, éticos, respeitosos e sensíveis, na universidade e fora dela.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de. **O saldo da leitura**. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). *Leitura de Literatura nas Escolas*. São Paulo: Parábola, 2013. p.153-163.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 77-97, jul./dez. 2015.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil: introdução**. 1998a. Volume 1. Disponível em: <http://revistaei.com.br/Adm/Upload/Arquivos/Arquivo_2274903.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579:educacao-infantil&Itemid=859>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. 2000. Parte II - Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias. p. 2-65. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 out. 2014.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 266.

ROUXEL, Annie. **Aspectos metodológicos do ensino da literatura**. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). *Leitura de Literatura nas Escolas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 17-35.

ESPÍRITO SANTO. Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico de Curso: Licenciatura em Pedagogia - Matutino**: Currículo 681. 2010. Disponível em: <<http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/PPC-Matutino.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014. (UFES, Centro de Educação, 2010).

_____. Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico de Curso: Licenciatura em Pedagogia - Noturno**: Currículo 681. 2010. Disponível em:

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 77-97, jul./dez. 2015.

<<http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/PPC-Noturno.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.(UFES, Centro de Educação, 2010).

_____. Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. **Organização curricular - noturno:** Curso de Pedagogia - Licenciatura. 2010. Disponível em: <[http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/Organização curricular NOTURNO 682.pdf](http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/Organização%20curricular%20NOTURNO%20682.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2014.(UFES, Centro de Educação, 2010).

_____. Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. **Organização curricular - matutino:** Curso de Pedagogia - Licenciatura. 2010. Disponível em: <[http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/Organização curricular MATUTINO 681.pdf](http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/Organização%20curricular%20MATUTINO%20681.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2014. (UFES, Centro de Educação, 2010).

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. **Currículo Básico Escola Estadual:** Guia de Implementação. 2009. Currículo – Anos Iniciais; Anos Finais – Vol1 – Linguagens e Códigos; Ensino Médio – Vol1 – Linguagens e Códigos. Disponível em: <http://www.educacao.es.gov.br/download/sedu_curriculo_basico_escola_estadual.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.(UFES, Centro de Educação, 2010).

_____. Universidade Federal do Espírito Santo. Pró-reitoria de Graduação. **Graduação:** Cursos em Vitória. Disponível em: <<http://www.graduacao.ufes.br/cursos-em-vitoria>>. Acesso em: 26 nov. 2014. (UFES, Centro de Educação, 2010).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler...: O que eu faço?** 2005. Disponível em: <http://www.peif.ufms.br/downloads/meus-alunos-nao-gostam-de-ler_lajolo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Do mundo da leitura para leitura de mundo.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2000. 112 p.

PAIVA, A; MACIEL, F. Discursos da paixão: a leitura literária no processo de formação do professor das séries iniciais. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org.). **Leituras Literárias:** discursos transitivos. Belo Horizonte:Ceale; Autêntica, 2008.

RÖSING, Tania M. K.; DALBOSCO, Jocilei. O processo de formação contínua do professor e a questão da leitura. In: RETTENMAIER, Miguel; RÖSING, Tania MariaKuchenbecker (Org.). **Questões de leitura.**2011. 2ª ed. Disponível em: <<http://jornadasliterarias.upf.br/upload/files/32a9ff1b2a3d8ba4c3e941bdbd016bcd.pdf#page=71>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SERRA. Prefeitura de Serra. Secretaria de Educação. **Orientação Curricular de Educação Infantil e Ensino Fundamental:** articulando saberes, tecendo diálogos. p. 1-70 e p. 223-242.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 77-97, jul./dez. 2015.

2012. Disponível em: <www.serra.es.gov.br/downloadwm/edital_001_2012_diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO. Prefeitura de Vitória. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa**. 2010. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100218_ens_fund_dir_portugues.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

ZILBERMAN, Regina. **Leitura no Brasil: sua história e suas instituições**. 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>>. Acesso em: 19 dez. 2014.